



## **Comunicação e linguagem no Orçamento Participativo: uma outra perspectiva de análise<sup>1</sup>**

Rafael Cardoso SAMPAIO<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar outra perspectiva para a análise da comunicação realizada entre os participantes de orçamentos participativos, mas evitando a perspectiva deliberacionista ou da ação comunicativa habermasiana. Argumentamos que, primeiramente, os estudos sobre orçamentos participativos se focam demasiadamente na questão institucional e que pode haver ganhos diversos ao se analisar as conversações dos participantes. E, segundo, que a linha do interacionismo simbólico - ao apresentar um modelo de comunicação praxiológico mais inserido nas relações sociais - se apresenta como um campo promissor para tais estudos seja no campo da comunicação, seja no campo da ciência política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação epistemológica, Comunicação praxiológica, linguagem, orçamento participativo.

### **1. INTRODUÇÃO**

O orçamento participativo (OP) é um programa brasileiro iniciado na cidade de Porto Alegre no ano de 1989. O objetivo inicial do programa era aproveitar as novas possibilidades de participação criadas pela constituição de 1988. O programa criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) tinha por função principal aumentar e incentivar a participação popular em questões originalmente vinculadas à política formal e a especialistas.

Basicamente, o orçamento participativo busca realizar uma inversão de prioridades, uma alteração na produção da decisão política, ou seja, será a população e não o governo a definir, onde e no quê parte do orçamento da cidade será investido. Para tanto, a população é convocada a participar de grandes assembleias, nas quais são discutidas as prioridades de acordo com as regiões da cidade.

O programa passou a ser reconhecido tanto pela população da cidade quanto por diversos estudiosos do mundo inteiro, como um exemplo prático de governança

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a cidadania do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha Práticas Comunicativas e Processos Sociais. Membro do grupo de pesquisa EME. E-mail: [cardososampaio@yahoo.com.br](mailto:cardososampaio@yahoo.com.br).



participativa e de deliberação pública. O programa foi expandido no Brasil tanto pelo PT, quanto por outros partidos de esquerda brasileiros, e implementado em centenas de cidades do país, inclusive em grandes metrópoles como Fortaleza, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte.

O Orçamento Participativo – que será aqui tratado pela sigla OP - é uma política que procura devolver aos atores da sociedade civil o poder de decisão sobre questões que envolvem diretamente suas vidas. De um lado, esses atores precisam realizar discussões e negociações abrangentes buscando-se apreender essas necessidades. Essa busca envolve não apenas deliberações entre os membros da comunidade, mas a necessidade de se colocar no lugar do outro e enxergar realidades distintas da sua. De outro lado, para que o processo seja bem sucedido, o Estado deve ceder um espaço decisório que incentive a participação e a deliberação dos cidadãos, objetivando-se alcançar resultados políticos mais justos e próximos da situação vivida por esses atores.

Avritzer (2000) afirma que a democracia deliberativa deve ocorrer em fóruns entre Estado e sociedade civil. Esses novos arranjos deliberativos consideram que o Estado, assim como o mercado, não possui informações completas para tomada de decisões e que as informações não são detidas por nenhum dos atores do processo, “mas necessitam serem construídas coletivamente” (AVRITZER, 2000: 44).

Buscamos aqui fazer uma discussão a respeito de como funciona a comunicação dentro do Orçamento Participativo. Apesar de não fazermos referências a casos em particular, estaremos nos referindo ao modelo de OP de Porto Alegre, que é justamente o programa mais proeminente em relação ao funcionamento, manutenção e participação popular.

Normalmente, os estudiosos do orçamento participativo se encontram na ciência política e sociologia e geralmente as análises das falas e discussões são vistas sob uma perspectiva deliberacionista, principalmente sob os paradigmas da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1989). Nosso objetivo principal no artigo é justamente analisar a linguagem e a comunicação no OP através da perspectiva do interacionismo simbólico.

Na primeira parte desse artigo, trataremos sobre a linguagem utilizada pelos participantes desse processo. Buscaremos apresentar algumas das funções cumpridas pela linguagem dentro do orçamento participativo como permitir a mútua compreensão dos participantes e também do ambiente compartilhado pelos mesmos.

Na segunda seção, efetivamente discutiremos a respeito da comunicação no orçamento participativo. Faremos uma breve discussão sobre os modelos



epistemológico e praxiológico na concepção de Quéré, além do uso estratégico da enunciação com base nas teorias de Goffman.

## **2. ALGUMAS FUNÇÕES DA LINGUAGEM NOS OP**

Ao nos propormos o desafio de analisar a comunicação no orçamento participativo, é preciso anteriormente voltarmos o olhar para a questão da linguagem empregada no processo, que será vital para análise interacionista da comunicação. Como já dito, buscamos nos afastar dos autores deliberacionistas e dos estudos tradicionais do OP, visando criar novas formas de análise e levantar outras perguntas, entretanto certos paralelos serão traçados ao longo do texto, mostrando que análise interacionista não está tão longínqua da literatura do OP.

A análise de Bakhtin a respeito da linguagem será nossa base. Segundo o autor, “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN, 1992: 113).

No orçamento participativo, temos um ambiente institucional criado para a discussão ampla a respeito de problemas estruturais no município. Os participantes precisam expor seus próprios pontos de vista e tentar convencerem uns aos outros da importância de determinada obra. A carência e a necessidade - o meio social para Bakhtin – são fatores preponderantes, que vão marcar toda a deliberação.

Então, com base nessas considerações, partiremos da premissa que a linguagem no orçamento participativo atende essencialmente a três fins: 1) permitir aos participantes conhecerem uns aos outros; 2) instaurar/revelar uma realidade de necessidade compartilhada entre os participantes; 3) possibilitar a compreensão mútua dos participantes e levar tais idéias ao sistema político formal. Não é nosso objetivo fazer uma separação plena desses objetivos - afinal eles são interdependes, entrecruzados - mas apenas focarmos a análise nos dois primeiros pontos a partir da visão interacionista simbólica. Vera França (2004) em sua análise do interacionismo simbólico resume bem o que pretendemos fazer nessa primeira seção: “Nesta proposta, a linguagem, o símbolo, os sentidos partilhados ocupam um papel central: é o lugar da junção, o fator-chave na constituição dos indivíduos e na aglutinação da sociedade” (FRANÇA, 2004:9), ou seja, uma análise dos indivíduos e da sociedade (aqui condensada no micro-cosmo do OP) pela lupa da linguagem.



Analisando a primeira hipótese, partimos do estudo de Gianpaolo Baiocchi, que ao tratar das discussões em assembléias do OP em Porto Alegre, vai de acordo com nossa hipótese ao afirmar que “a linguagem utilizada pelos participantes era baseada nas necessidades e problemas comuns e usada para criar um senso de público e um discurso baseado no pensamento público” (BAIOCCHI, 2003: 61).

As observações realizadas por Baiocchi demonstram que compreender uma linguagem implica em compreender as atividades sociais da qual é parte integrante, compreender aquilo que articula as práticas, as orientações e as relações das pessoas em uma “forma de vida” (QUÉRÉ, 1991), ou seja, no orçamento participativo a linguagem terá função primordial de permitir os participantes conhecer uns aos outros e suas necessidades e valores:

A linguagem tem um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos e de nossas práticas ordinárias. Na verdade, é nela e por ela que nos é possível formular o horizonte de valores, a “textura das pertinências” ou as “caracterizações do desejável” em função das quais nos orientamos e qualificamos nossas ações e nossas condutas interiores (QUÉRÉ, 1991: 8).

Cada participante entra numa situação social carregando uma biografia já rica em interações passadas com os outros participantes [...] da mesma maneira que vem com um grande número de pressupostos culturais que presume partilhados (GOFFMAN, 1999: 200).

Mead, por sua vez, trata a respeito da importância dos estímulos verbais, que vão ter um impacto não apenas sobre a audiência, mas também sobre o falante. “A importância, então, do estímulo vocal está no fato de que o indivíduo pode escutar o que ele diz e ao escutar o que ele diz, ele está tendendo a responder como as outras pessoas respondem” (MEAD, 1934: 34). Ou numa definição mais complexa:

Há, então, uma grande variedade no nosso uso da linguagem, mas qualquer fase que essa variedade é usada é parte de um processo social e sempre parte pelo significado pelo qual nós nos afetamos assim como nós afetamos os outros e mediamos a situação social através do entendimento do que estamos dizendo. Isto é fundamental para qualquer linguagem; se ela vai ser linguagem, alguém tem de entender o que ele está dizendo, tem de afetar a si mesmo assim como afeta os outros (MEAD, 1934: 36).

Ou seja, os indivíduos fazem seus relatos buscando apresentar suas realidades, necessidades e anseios junto aos membros da comunidade, mas, ao fazê-lo, eles mesmos sofrem uma alteração por este ato de fala. Eles passam a se conhecerem melhor no ato da enunciação. Em seu estudo sobre a obra de Mead, França explica o conceito da construção do self e de sua presença no mundo, que resume nossa primeira hipótese.

Já o conceito de self (eu) fala da construção e presença do sujeito no mundo, bem como de sua singularidade. Dizer “eu, é marcar um lugar próprio; é ver-se a si mesmo, ter consciência de si e a capacidade de dialogar (interagir) consigo próprio assim como atuamos em relação aos outros. [...] Essa individualidade (“eu sou um sujeito no



mundo”) é resultado de uma “construção” e de espécie de amálgama, que liga componentes internos e externos (FRANÇA, 2004:11).

Nossa segunda hipótese trata a respeito de desvendar a realidade existente. Segundo Baiocchi (2003), a criação de interesses públicos a partir de necessidades específicas ajudou a criar uma linguagem da cidadania, que não era baseada em direitos abstratos ou deveres, mas em compartilhar problemas comuns e trabalhar sobre soluções comuns. “Esta linguagem da cidadania enfatizava ‘o bem da comunidade’ e valorizava a solução de problemas pragmática e coletiva. Ela definia a comunidade como constituída de pessoas com problemas e situações de vida similares” (BAIOCCHI, 2003, p. 62).

Mead explica que a linguagem não simboliza uma situação ou objetivo que já existe previamente “ela faz possível a existência ou aparição dessa situação ou objeto, por usa parte no mecanismo pelo qual aquela situação ou objeto é criado” (MEAD, 1934: 38), ou seja, as conversas, a linguagem no OP busca salientar essa realidade existente entre os participantes. Todos ali possuem necessidades e objetivos diversos, que precisam ser compartilhados e principalmente ponderados na hora de se escolher as obras a serem realizadas pela prefeitura.

A sociedade, para Mead, é o resultado da ação conjunta dos sujeitos, a sociedade são sujeitos em ação (FRANÇA, 2004). “A sociedade constitui o contexto dentro do qual o self de se desenvolve, e ele é formatado através da internalização da expectativa dos outros sobre nós, nós nos vemos com o olhar dos outros – e assim assumimos nosso papel social” (FRANÇA, 2004:10).

E se a linguagem é um fato social, então a palavra não pertence apenas ao interlocutor, ela é coletiva. Numa interação, o outro marca a palavra, uma vez que ela é dirigida a ele. Há então uma fricção com o outro e também com o meio. (BAKHTIN, 1992), ou ainda:

A enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista de seu conteúdo, de sua organização, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social (BAKHTIN, 1992: 121).

Bakhtin, em sua análise da linguagem, ainda explica que a situação e o auditório obrigam a expressão exterior a se inserir no contexto. No caso do orçamento participativo, cada enunciação deve ser pensada naquele contexto específico, ou seja, é um lugar instituído para que as pessoas possam falar sobre (e ouvir sobre) seus problemas, e que todos ali sobre maior ou menor medida objetivam conquistar ganhos para suas respectivas regiões, entretanto os participantes têm ciência que as obras não



irão contemplar a todos. O uso de expressões que denotam “pobreza” ou “necessidade” não terão afeto especial, pois essa realidade é compartilhada pela grande maioria dos presentes. Por outro lado, o uso de uma linguagem “sofisticada” tende a dificultar a compreensão e se afastar ainda mais do contexto ali presente.

Serão dessas conversas, dessas trocas dialógicas, que surgirá uma linguagem viva e compartilhada entre os membros do OP. Abandonamos a matriz saussuriana, que trata a língua como um sistema abstrato, uma grande estrutura. Adotamos a matriz interacionista, que ressalta a importância da interação verbal e da co-presença dos indivíduos. Bakhtin e França resumem nosso pensamento sobre a linguagem:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1992: 123).

A sociedade constitui o contexto dentro do qual o self se desenvolve, e ele é formatado através da internalização da expectativa dos outros sobre nós, nós nos vemos com o olhar dos outros – e assim assumimos nosso papel social. A esse processo Mead chamou “outro generalizado” (ou papel coletivo). (FRANÇA, 2004:10).

Nossa terceira hipótese, todavia, não é o objetivo do texto. A literatura sobre ciência política, comunicação e política e sociologia já trata bastante a respeito da questão, em especial nos autores deliberacionistas e sobre o orçamento participativo. Deixamos apenas uma contribuição de Rousiley Maia, inserida nessa linha de estudo, a respeito da linguagem. Maia discursa sobre uma “metalinguagem civil”, que deve ser utilizada para uma melhor elaboração e transmissão ao sistema político dos problemas da sociedade civil.

Os atores da sociedade civil devem, sobretudo, ser competentes para elaborar uma meta-linguagem civil, a fim de relacionar os problemas práticos de suas causas ao conjunto de categorias simbólicas da sociedade, bem como ao sistema normativo. Devem estabelecer *pontes comunicativas* entre os diferentes atores sociais e ambientes de conhecimento. Devem ser *convincentes* para interferir nos consensos éticos que orientam a co-existência social e articular, de modo conseqüente, demandas específicas, a fim de que possam ser mais facilmente encampadas pelas instituições políticas (MAIA, 2002:12).

### 3. COMUNICAÇÃO E “NÃO-COMUNICAÇÃO NO OP”

Chegamos então ao objetivo proposto no início do texto: tentar definir o papel da comunicação e encaixá-lo no processo do orçamento participativo. Nossa meta não é responder “que comunicação existe no OP”, pois é uma indagação muito aberta a



múltiplas interpretações e estudos e que dificilmente chegaria a uma resposta satisfatória. Buscamos, antes de tudo, levantar questões sobre a comunicação e sua importância no orçamento participativo.

França (2001) fez um breve apanhado dos estudos da comunicação, discutindo sobre seus paradigmas e essencialmente sobre o objeto de estudos da comunicação. Muito mais que as mídias de massas ou outros objetos empíricos, França observa a importância de se observar os processos humanos e sociais de produção, circulação e interpretação de sentidos.

Em suma, a comunicação compreende um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre sujeitos interlocutores, realizado por meio de uma materialidade simbólica (da produção de discursos) e inserido em determinado contexto sobre o qual atua e do qual recebe os reflexos. [...] Trata-se, portanto, o processo comunicativo, de algo vivo, dinâmico, instituidor – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assume papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura (FRANÇA, 2001: 27).

Buscamos uma abordagem comunicacional, no sentido proposto por Quéré (1991), que relacione objetividade e subjetividade, a individualidade e sociabilidade, na medida em que elas se especificam reciprocamente e simultaneamente. Relaciona o sentido, racionalidade, inteligibilidade, inter-compreensão, que subentende a cooperação social a uma produção e recepção coordenadas no espaço público. Relaciona-os, então, a uma coletividade, a práticas comuns que os sujeitos efetuam, uns em relação aos outros e em relação ao mundo, sujeitos esses pertencentes a uma mesma comunidade de linguagens e de ação, e dispendo de mediações simbólicas compartilhadas efetuando uns em relação aos outros e em relação ao mundo (QUÉRÉ, 1991).

Tal abordagem comunicacional parece ser facilmente encaixada no contexto do orçamento participativo, uma vez que a função do mesmo é justamente buscar essa relação entre objetivo e subjetivo, que busca demonstrar problemas pessoais e coletivos inseridos em contextos complexos, todavia uma análise mais complexa do mesmo pode complicar a questão.

Se em teoria os indivíduos estão nas assembleias com o objetivo de alcançar um bem comum, na prática cada indivíduo possui intenções individuais e muitos participantes usarão de seus recursos disponíveis – a retórica por exemplo – para convencer os outros presentes que seus objetivos são mais importantes que outros apresentados. E isso ainda desconsiderando os falsos relatos e mentiras. As





necessidades podem ser reais, mas os fins para alcançá-las podem ser questionáveis, como a manipulação de outros membros. Ainda assim podemos falar de comunicação?

Um outro questionamento está no fato de que o orçamento participativo tem um objetivo essencialmente cognitivo. É a partir dessa compreensão mútua, que teremos esse bem coletivo, que atenda as demandas vistas como mais importantes pelos presentes, entretanto isso não significaria que a comunicação no orçamento participativo é essencialmente informacional e seus membros essencialmente seres cognitivos?

Façamos a ordem inversa para responder o segundo questionamento e a partir dessa resposta tentar complexificá-la para a primeira pergunta. Se fizermos uma análise superficial e simplória, poderíamos até encaixar a comunicação isolada de nosso objeto no modelo epistemológico (QUÉRÉ, 1991).

A comunicação epistemológica é uma questão de aquisição, transmissão e tratamento da informação. A comunicação consiste em suscitar em um destinatário representações ou idéias semelhantes àquelas que existem no espírito daquele que remete a mensagem. A transmissão nesse modelo é intencional. É bem sucedida quando representações similares são produzidas junto ao comunicador e seu destinatário. É um processo de produção e de interpretação de signos através dos quais os parceiros da interação tornam mutuamente manifestos os fatos, as hipóteses ou os pensamentos que eles querem informar aos outros. (QUÉRÉ, 1991). A comunicação é ato verbal, consciente e voluntário (WINKIN, 1998).

Os sujeitos epistemológicos procurariam estabelecer suas intenções informativas, enquanto representações ou fatos no espírito. “Enfim, se eles se comunicam entre si, é essencialmente para modificar seus ambientes cognitivos, isto é, suas representações, e, por aí, desencadear comportamentos” (QUÉRÉ, 1991: 3). Ou seja, parece uma idéia bem condizente com aquela apresentada no orçamento participativo. Um grupo de pessoas que busca apresentar e receber informações a respeito de suas realidades e em cima desse ganho cognitivo chegar a uma decisão coletiva.

Entretanto esse modelo é simplório, entre vários outros motivos, por duas razões: 1) considerar o mundo como pré-definido, pré-existente; b) descartar a importância dos indivíduos na construção da comunicação. Winkin (1998), que considera o primeiro modelo como telegráfico por buscar apenas transmitir informações, faz uma analogia com uma orquestra em que todos participantes têm importância na composição (ou comunicação) “mais do que é a sua origem ou ponto de





chegada” (WINKIN, 1998: 33). “O modelo orquestral equivale, na verdade, a ver na comunicação o fenômeno social que o primeiro sentido da palavra traduzia muito bem, tanto em francês quanto em inglês: o pôr em comum, a participação, a comunhão” (*Ibidem*: 34).

A comunicação é antes uma atividade organizante conjugada dos atores sociais, pela qual um mundo comum - um sentido compartilhado de uma realidade comum - é continuamente modelado e mantido como condição e resultado da ação (QUÉRÉ, 1991), ou seja, esse mundo comum ou sentido compartilhado pré-existente, pressuposto pelo modelo epistemológico, é uma falácia, é adotar uma perspectiva “realista” de que o mundo existe e deve ser apenas apreendido pelos sujeitos. Estes, por sua vez, são considerados monológicos, eles apenas falam para os outros indivíduos e não *com* os outros. Ele é apenas um observador, não se relacionando com o mundo ou com os outros (FRANÇA, 2003).

Tal sujeito epistemológico, na verdade, em nada se parece com os indivíduos envolvidos no orçamento participativo. Esta atividade é essencialmente interativa, coletiva, uma atividade que deve ser construída pela participação de seus integrantes. A informação deve ser repartida entre seus membros, mas ela está longe de ser o objetivo principal no local. A comunicação, enfim, é o “meio no qual emergem e se mantêm os objetos e os sujeitos, os indivíduos e as coletividades, o mundo comum e a sociedade” (QUÉRÉ, 1991: 2).

Essa comunicação praxiológica proposta por Quéré se insere na esfera da ação, da intervenção e da experiência humana – tomada na dimensão social e simbólica. França (2003) detalha “essa” comunicação como um lugar de conhecimento dirigido ao conjunto da vida social. A pertinência se constrói no quadro de atividades, de intervenções. Os sujeitos são construídos na relação com o outro, no espaço da diferença. Essa intervenção dos sujeitos emerge seus mundos – semelhantes ou distintos, há uma relação de reciprocidade entre os sujeitos. A comunicação é construída, procede de um trabalho coletivo permanente baseado nas relações sociais.

No modelo praxiológico, a comunicação se desveste de ser caráter instrumental, momento secundário ou decorrente, posterior aos fatos e às intenções, e passa a ser vista como lugar de constituição, momento fundador da vida coletiva. [...] Lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo (FRANÇA, 2003: 4).

Então, distintos os modelos de comunicação de Quéré, podemos voltar ao primeiro questionamento. Se os sujeitos agem estrategicamente para alcançar seus bens individuais, então há uma “não-comunicação” no orçamento participativo?

Quéré (1991) responde com muita propriedade esta questão ao afirmar que mesmo opiniões pessoais incorporam uma perspectiva pública, ou seja, mesmo um objetivo que poderia ser considerado egoísta ou individual, ainda assim seria formado com base no contexto social. No orçamento participativo, isso se torna ainda mais óbvio, uma vez que a menor das obras sempre beneficiará um conjunto de pessoas e também pela necessidade dos projetos passarem por inúmeros filtros (AVRITZER, 2002) antes de serem efetivados.

Aqui se faz necessária a distinção de um conceito importante. “Qualquer comunicação implica um cometimento, um compromisso; e, por conseguinte, define a relação. Isto é outra maneira de dizer que uma comunicação não só transmite informação mas, ao mesmo tempo, impõe um comportamento” (WATZLAWICK *et al.*, 1981: 47).

A idéia de compromisso e comprometimento parece se encaixar perfeitamente para a lógica de trabalho no orçamento participativo. Goffman destrincha essa teoria ao afirmar que o compromisso de trabalho é um acordo que “leva os atores a aceitar continuarem em interação, apesar dos acidentes de percurso, porque a sensação que sofrem em caso de insucesso, o embaraço, é mais grave que as pequenas ofensas que se infligem mutuamente” (GOFFMAN, 1999: 99).

Ou ainda, ao se apresentar diante dos outros, é natural e esperado que o indivíduo incorpore e exemplifique os valores reconhecidos pela sociedade. Para Goffman (1999), O uso de estratégia não é indevido, desde que esteja de acordo com as regras, que não as viole. O autor considera que as estratégias de ganho já são previstas. “Estes esquemas de ação permitem ao indivíduo modificar o compromisso de trabalho para que ele responda ao seus próprios objetivos. Mas a modificação é suficientemente sutil ou dissimulada para não ameaçar o próprio compromisso” (GOFFMAN, 1999: 104).

Enfim, é possível se fazer duas conclusões. Primeiramente, nenhuma opinião, enunciação realizada é puramente individual. Os “objetos são constituídos dentro do processo social da experiência, pela comunicação e ajuste mútuo do comportamento entre organismos individuais, que estão envolvidos neste processo e que o levam adiante” (MEAD, 1934: 38). Ou ainda, mesmo uma enunciação “individual”, que em

teoria busca avançar os objetivos de apenas um indivíduo, terá sido concebida com base no contexto social, ou seja, o indivíduo não pode se isolar da sociedade para elaborar tais enunciações. No caso do orçamento participativo, o indivíduo está inserido na sociedade, ele tende a estar inserido num contexto de carência e abandono por parte da política formal e ele possui problemas compartilhados por uma boa parcela da população - por mais que acredite serem individuais.

Segundo, “O desejo de manter um compromisso de trabalho é, muito paradoxalmente, uma das únicas bases gerais de consenso real entre indivíduos” (GOFFMAN, 1999: 106). O compromisso de trabalho do orçamento participativo é mais importante que o uso de estratégias ou mesmo que ofensas que possam surgir entre os participantes. Todos os presentes estão cientes de que é vital a continuação da discussão, pois desse ambiente sairão as obras a serem realizadas pela prefeitura, ou seja, não se trata apenas da “ordem social” definida por Goffman, há ainda um compromisso estabelecido entre sociedade e Estado.

Dentro desse compromisso de trabalho, o uso de estratégias, de representação de papéis é aceitável (e esperado) se estiver de acordo com as regras. Goffman em sua análise teatral chega a afirmar que “a atividade orientada para tarefas de trabalho tende a converter-se em atividade orientada para a comunicação (GOFFMAN, 1996:66)”, ou seja, mesmo usando estratégias, mesmo apresentando apenas sua fachada – “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação.” (*Ibidem*, p. 29) – apenas representando papéis; a atividade de trabalho: a) não é prejudicada; b) será orientada para a comunicação dos atores. Em sua análise dos autores do interacionismo simbólico, Winkin (1998) trata um pouco a respeito dessa comunicação capaz de integrar diferentes comportamentos e diferentes expressões.

A comunicação, portanto, é para esses autores um processo social permanente que integra múltiplos modos de comportamento. [...] Não se trata de fazer uma oposição entre a comunicação verbal e a “comunicação não-verbal”: a comunicação é um todo integrado. [...] Não se pode, para esses autores, isolar cada componente do sistema de comunicação global (WINKIN, 1998: 32).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por um lado, é difícil tecer considerações finais ou mesmo fazer “conclusões”, uma vez que o texto não buscou responder perguntas, mas apenas apresentar argumentos enraizados em teorias que buscassem apresentar um caminho teórico que tecemos ao longo do texto.

Primeiramente, acreditamos que nosso objetivo principal que era se afastar da teoria deliberacionista e possibilitar a análise por outros campos foi cumprido. Até o momento, a grande maioria das análises do orçamento participativo se concentrou apenas na política formal e nas interações entre a instituição e a sociedade civil. Muito se fala a respeito do desenho institucional adequado para alcançarmos uma deliberação mais plena, que leve a resultados políticos mais justos e próximos dos participantes (AVRITZER, 2000, 2004).

É interessante notar que muito se fala da deliberação entre a parcela excluída da população e as condições ideais para tanto numa perspectiva habermasiana, entretanto se já houve diversos estudos a respeito do contexto no qual estão inseridos os atores participantes do programa, pouco cuidado houve até o momento para se analisar as falas dos participantes, a linguagem utilizada pelos mesmos e principalmente como se dá essa comunicação.

Assim, acreditamos que seja promissor esse campo de estudos dentro da comunicação e política que já busca seu espaço no campo acadêmico. Nosso breve artigo, já apresentou alguns caminhos a serem seguidos. Primeiramente, cremos que os indivíduos fazem seus relatos buscando apresentar suas realidades e necessidades, mas que isso os leva não apenas a conhecerem melhor a realidade que vivem (ou convivem) como é normalmente apontado na literatura do orçamento participativo, mas que essas enunciações também permitem eles conhecerem melhor a si mesmos.

O cerne da comunicação consiste então, para os agentes, em modelar em conjunto esta perspectiva comum que lhes permite configurar, conjuntamente e de maneira “encarnada”, suas intenções informativas e comunicativas expectativas, e ao mesmo tempo tornar mutuamente manifesto o que é problema entre eles. [...] Construir juntos o lugar comum a partir do qual eles vão momentaneamente se relacionar uns com os outros, se relacionar com o mundo e organizar suas ações recíprocas (QUÉRÉ, 1991: 5).

Além disso, tentamos evidenciar que apesar de estarem ali essencialmente por motivos cognitivos (na busca do bem comum), não é sábio falar de uma comunicação epistemológica, já que não temos uma realidade pré-definida, estática ou mesmo dotada de sujeitos monológicos, que desejam apenas transmitir e receber informações.

Por fim, a intencionalidade da fala não é algo que irá necessariamente destruir o ambiente de trabalho do orçamento participativo. Além do fato de tais representações já serem esperadas, o compromisso de trabalho não será afetado se as regras forem seguidas. Apesar de terem objetivos individuais, cada membro sabe da importância do processo como um todo (Goffman, 1999), que se trata de um importante espaço conquistado junto ao Estado, que deve ser não apenas mantido, mas ampliado.



É pela mediação deste ambiente ou deste mundo qual a ação se dota para se completar, que a intencionalidade que estrutura a ação se torna manifesta, e que a ação pode ser relacionada a intenções a motivações de sujeitos. É assim que uma subjetividade-origem da ação pode ser construída interativamente pela mediação da construção intersubjetiva de um mundo objetivo e vice-versa (QUÉRÉ, 1991: 7).

Logo, uma abordagem comunicacional ou praxiológica (QUÉRÉ, 1991) pode acrescentar muito à pesquisa do orçamento participativo e da comunicação e política, que muitas vezes se volta apenas para a análise midiática. Essa relação da comunicação com a coletividade, das práticas comuns dos sujeitos em relação ao mundo e a si mesmos é um campo promissor para facilitar a compreensão das motivações dos sujeitos e a tão complexa “participação política” que as ciências sociais tentam desvendar há tanto tempo.

## 5. REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática e Deliberação Pública. In: *Lua Nova*, v. 50, p. 25-46, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de Deliberação Democrática: uma análise do Orçamento Participativo no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Record, p. 01-678, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?*. Ciberlegenda, Niterói, UFF, v. 5, 2001.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. *O estudo da comunicação nos EUA*. Texto em sala de aula, 2004.

FRANÇA, Vera. L. Quéré: dos modelos da comunicação. In: *Revista Fronteiras*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 7a edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. *Os momentos e os seus homens*. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin. Lisboa: Relógio d'água Editores, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAIA, R. C. M. *Media e deliberação pública: mediações possíveis*. In: XI Encontro Anual da Compos - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2002 (b), Rio de Janeiro. CD-rom - 11 Encontro da COMPOS. Rio de Janeiro: COMPOS, 2002. v. 1.



MEAD, George Herbert. *Mind, Self, and Society: From the Standpoint of a Social Behaviorist*. Edited by Charles W. Morris. Chicago: University of Chicago, 1934.

QUÉRÉ, Louis. D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. In: *Réseaux* n° 46/47. Paris: Tekhné, mar-abril 1991.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. *Diferentes tipos de participação: alguns impactos da introdução da internet no Orçamento Participativo de Belo Horizonte*. In: Anais do I Congresso da Ecomig, Belo Horizonte, 2008.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet H.; JACKSON, Don D. *Pragmática da comunicação humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Cultrix, 1981.  
WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papyrus, 1998.